**A LEI DA ORDEM COMO FUNDAMENTAÇÃO DO ATO MORAL
NO PENSAMENTO AGOSTINIANO*
ALGUMAS CONSIDERAÇÕES**

*Marcos Vinícius Madruga Vaz***

Resumo: O objetivo desta comunicação visa apresentar de forma concisa, elementos que afetam o exercício pleno da liberdade humana ao identificar no pensamento de Agostinho de Hipona sua peculiar análise das ações consideradas sob a necessária simetria entre a lei civil e a lei eterna. A concepção Agostiniana para a fundamentação e legitimidade do ato moral particular, tal como se encontra no clássico diálogo sobre "O Livre-Arbitrio", permite extrair um esboço da lei da ordem operada como base de justificação. Agostinho ao identificar problemas de alcance universal, propõe uma fundamentação do ato moral na submissão plena à lei da ordem. Discorrendo sobre o alcance da lei promulgada pelos que regem os assuntos públicos de seu tempo, reflete sobre a natureza espaço-temporal deste tipo de legislação ao afirmar o caráter circunscrito da designada lei. A perpetuidade de tal questão, face aos problemas em que cada agente religioso defronta-se em uma sociedade laica, recebe uma resposta na exata medida da necessidade presente, dado a vitalidade com que o incontornável pensamento de um homem do IV século da era comum, tem ao interpelar a consciência do indivíduo em pleno século XXI.

Palavras-chave: Agostinho de Hipona, ordem, ação; justificação, legitimidade.

Permita-me propor uma consideração, antes de dar continuidade a finalidade desta comunicação: O que faz de um homem, em sua essência, filósofo? Há alguns que poderiam responder a tal pergunta classificando de filósofo tal indivíduo que seja versado em conhecimento de teor estritamente filosófico; há aqueles que responderiam que filósofo é um ser com capacidade

* Uma primeira versão deste texto foi apresentado como comunicação por ocasião do II Congresso Internacional de Filosofia Moral e Política, promovido pelo PPGFIL/UFPEL, Pelotas/RS/Brasil, 07 a 10 de novembro de 2011.

** Bacharelado em Filosofia pela Universidade Federal de Pelotas – UFPel.

<marcosvaz.ufpel.filosofia@gmail.com>

de penetração e especulação em questões tais que só o espírito filosófico é capaz de atingir; ou ainda que filósofo seja aquele que se mostre superior às convenções sociais e delas consiga prescindir em busca da verdadeira felicidade. De minha parte, ainda que estas e outras formas de classificação possam ser válidas para a caracterização de um filósofo, fica evidente que em essência, filósofo antes de qualquer espécie de rotulação, é uma pessoa que pensa. Mas não somente um pensador dotado de imaginação, conhecimento e que faz uso apropriado da razão. Tenho por opinião que filósofo é certo tipo de fomentador de idéias com potencial para movimentar o mundo. Porém acima de tudo, possuidor de vívido ideal. Will Durant (1969, p.11), diz que “o teste de grandeza para se considerar um filósofo, como gênio intelectual, deve passar necessariamente pela consideração do quanto sua obra exerce duradoura influência sobre a vida da humanidade”. Eis o teste supremo que nos permite mensurar a grandeza de um pensador:

[...] Procuremos verificar a originalidade e o escopo, a veracidade e a profundez de cada pensador; mas o que acima de tudo nos cumpre ter em mente é a extensão e a persistência do influxo do gênio sobre a vida e as idéias dos homens¹.

Por esta via, como instrumento para determinar o peso do seu pensamento, o gênio de Hipona cumpre com louvor o desígnio de sua vocação intelectual. Em se tratando de Agostinho, adentrar em qualquer esfera do seu fecundo pensamento pode assemelhar-se à experiência de tentar percorrer-se uma gigantesca floresta². Muito árduo torna-se qualquer tipo de empreendimento intelectual, quando visto sob o prisma agostiniano. A

¹ DURANT, Will. Os grandes pensadores. São Paulo: Comp. Editora Nacional/CODIL, 1969, p. XI.

² Lista completa com as obras de Agostinho de Hipona em sua língua materna: Disponível em: <http://www.documentacatholicaomnia.eu/20_40_0354-0430-Augustinus_Sanctus.html> Acesso em: 1 nov. 2011, 18:45:00.

complexa variante de possibilidades cuja mente de Agostinho é capaz de manejar com a força do seu inquiridor intelecto, torna-se ao mesmo tempo um tanto intrigante, quanto fascinante.

Posto esta pedra de esquina, insiro uma questão inicial. Possuir autoridade, domínio ou influência em ato, quando fundamentado na lei civil, é sinônimo de legitimidade para qualquer espécie de ação? Poder matar um agressor em legítima defesa significa dever matá-lo? Há algum princípio que delimite a relação entre poder e dever? Através do clássico diálogo sobre “O Livre-Arbítrio”, buscar-se-á respostas a tais questões pela pena do grande retor norte-africano. Perpassando à tradição medieval, Agostinho insere uma relevante consideração quanto à sua concepção de hierarquia entre lei civil (temporal) e lei divina (eterna). Sua sentença é de que tal simetria³ dar-se-á pelo fato de que a primeira, lei civil⁴ ou “temporal”, retira toda a sua força inevitavelmente pela partipação junto à lei que não possui princípio ou fim, denominando-a de lei divina ou “eterna”. Apresenta a noção de lei eterna na definição encontrada no Livro I, vi, 15:

[...] Mas quanto àquela lei que é chamada a Razão suprema de tudo, à qual é preciso obedecer sempre e em virtude da qual os bons merecem vida feliz e os maus vida infeliz, é ela o fundamento da retidão e das modificações daquela outra lei que justamente denominamos temporal. [...] para exprimir em poucas palavras, o quanto possível, a noção impressa em nosso espírito dessa lei eterna, direi que ela é aquela lei em virtude da qual é justo que todas as coisas estejam perfeitamente ordenadas. [...] E como tal lei superior é a única sobre a qual todas

³ Segundo Gilson (2006, p.247), “todas as prescrições particulares de nossa consciência moral, todas as legislações mutáveis que regem os povos, descendem de uma única e mesma regra, adaptada incessantemente às necessidades mutáveis e diversas, mas que, em si mesma, jamais muda.”

⁴ Segundo Agostinho, denomina-se de temporal a essa lei que a princípio é justa, entretanto, conforme as circunstâncias dos tempos pode ser mudada, sem injustiça. (Cf. LA, Livro I, vi, 14).

as leis temporais regulam as mudanças a serem introduzidas no governo dos homens, poderá ela, por causa disso, variar em si mesma de algum modo?⁵

Agostinho considera que a lei civil, positiva e temporal, é de estrito caráter circunscrito. Caracteriza-a⁶, em concordância ao pensamento de Evódio, que a lei civil possui uma esfera espaço-temporal, “por identificá-la como uma prescrição da justiça eterna; por considerá-la sujeita a mudança e a condição temporal, isto é, podendo tanto perecer ou ser passível de alteração; por entender que tal lei possui inúmeras outras leis contraditória entre si mesma e por considerar que existem crimes que não são punidos por nenhum tipo de lei positiva.” Ao discutir a delimitação da lei promulgada pelos que governam a sociedade de seu tempo, Agostinho conclui que há de fato um caráter contingente na legislação civil, circunscrita sob o signo do provisório e transitório. Sua investigação sobre até onde se estende o direito da lei civil (temporal) de punir, leva-o a seguinte conclusão do Livro I, xv, 32:

[...] O modo como a lei temporal distribui esses bens a cada um o que é seu seria difícil e muito longo de explicar. Aliás, é claro ser inútil para a finalidade a que nos propusemos. Baste-nos constatar que o poder dessa lei temporal em aplicar seus castigos “limita-se a interditar e a privar desses mesmos bens, ou de uma parte deles, aqueles a quem pune.” É pois pelo temor que ela reprime, e assim dobra e faz inclinar o ânimo dos desafortunados, ao que ela manda ou proíbe. Foi justamente para o governo dessas pessoas que ela foi feita.

Pode-se compreender neste sentido que a lei civil perde a força condicional de obrigatoriedade, pois Agostinho insinua que uma lei ou é justa, segundo os preceitos da lei eterna, ou perde o seu status de imposição. Muito

⁵ Ao questionamento de Agostinho, Evódio responde-lhe: “Compreendo que não o possa de modo algum. Com efeito, nenhuma força, nenhum acontecimento, nenhuma catástrofe nunca conseguirá fazer com que não seja justo que todas as coisas estejam conformes a uma ordem perfeita.” (Cf. LA, Livro I, vi, 15).

⁶ Cf. descrições encontradas nos capítulos v à vii, LA, Livro I.

embora, deva-se registrar que em sua visão político-social, a lei civil recebe uma admirável e prudente afirmação: “pelo fato de não fazer tudo, nem por isso o que ela faz deve ser condenado⁷.” Agostinho pondera ainda, que a lei civil (temporal), por precisar se adaptar às realidades mutáveis, não procura senão um bem relativo e permite por vezes, o que a lei divina (eterna) condena. Como consequência lógica deste conceito, parece que Agostinho advoga existir um princípio universal, valioso e suficientemente vigoroso, que deve subordinar toda espécie de ato moral à lei eterna, por identificá-la com a noção universal de imutabilidade e perpetuidade.

Eis o centro desta reflexão. Já que a lei civil é incapaz de dar pleno fundamento ao ato moral, por sua característica circunscrita espaço-temporalmente, que princípio no pensamento de Agostinho através do diálogo sobre “O Livre-Arbítrio” pode proporcionar acessibilidade irrestrita à lei eterna como fundamentação para o ato moral legitimado segundo a respectiva lei? Pode-se inferir de maneira implícita em todo o diálogo entre Agostinho e Evódio, uma concepção de “ordem suprema do universo”, isto é, um tipo de ordem perfeitíssima que deve regular toda e qualquer espécie de ato particular moral.

Note-se que a noção grega de ordem está vinculada ao conceito de cosmo ou cosmos⁸; segundo Platão, cosmo é o “mundo enquanto ordem⁹”. Muito embora segundo Diógenes Laércio¹⁰, fora primeiramente os pitagóricos a chamarem o mundo de cosmo. Bertrand Russel (1969, p.44) concorda com essa afirmação, pois considera que “toda a concepção do mundo eterno,

⁷ Cf. LA, Livro I, v, 13.

⁸ Palavra grega (Kósmos) que *transliterada corresponde a “ordem, organização, beleza e harmonia.” É um termo que designa o universo em seu conjunto, bem como toda estrutura universal em sua totalidade, desde o microcosmo ao macrocosmo. O cosmo é a totalidade de todas as coisas deste Universo ordenado, desde as estrelas, até as partículas subatômicas. Por extensão, designa na linguagem filosófica, o mundo enquanto é ordenado e se opõe aos caos.*

⁹ Cf. Platão, Górgia 508a; Aristóteles, Mel, I, 3, 984b 16.

¹⁰ Cf. Diógenes Laércio, viii, 48.

revelada ao intelecto, mas não aos sentidos, deriva da influência de Pitágoras. Ao combinar matemática com a teologia, Pitágoras produz uma fusão íntima de religião e raciocínio, de aspiração moral a par de admiração lógica pelo que é eterno”. Em tal matriz clássica, nota-se no diálogo com Evódio que Agostinho alcança novos horizontes nesta concepção de mundo ordenado, pois, ainda que tendo vivido no período tardo-romano e inspirando-se na tradição filosófica da antiguidade, fora dentro do conjunto metafísico-ontológico revelado por intermédio das Sagradas Escrituras que o Hiponense fundamentou sua perspicaz doutrina sobre o primado da lei da ordem¹¹.

Percebe-se que Agostinho não se contentou em recopiar o pensamento grego-romano, pois estimulado pela Tradição Testamentária, afirma positivamente que a Providência Divina estabeleceu um princípio de organização e estruturação da realidade, de caráter imutável e perpétuo, para que em todas as esferas da natureza se cumpra a máxima da lei da ordem já que a Providência nada deixa de governar neste mundo; neste viés, tem-se como certo o conceito de que inevitavelmente “*o inferior não pode agir sobre o superior*”¹². A aceitação desta concepção implica na adesão de uma peculiar maneira de regular o ato moral particular ao exemplo do processo demonstrado na sentença expressa no Livro I, x, 20:

[...] Pensas que a paixão é mais poderosa do que a mente, à qual reconhecemos ter sido confiado, por lei eterna, o domínio sobre as paixões? Eu, de fato, de modo algum penso que assim seja. E não seria absolutamente ordenado que as realidades mais fracas dominassem as mais fortes. Por isso, julgo que é necessário que a mente seja mais poderosa que o desejo desenfreado, precisamente porque é reto e justo que ela domine.

¹¹ [...] O conjunto das essências eternas e das coisas temporais, que participam dessas essências, forma uma hierarquia de realidades superiores ou inferiores umas às outras; as relações que nascem dessa hierarquia constituem o que denominamos “ordem” (Gilson, 2006, p.258).

¹² Definição de ordem: CD, Livro II, xix, 13,1; LA, Livro I, viii, 18. Gilson (2006, p.272) compreendeu que a “ordem” quer em toda a parte e sempre, que o inferior esteja submetido ao superior.

Tal ordem impõe¹³ uma exigência fundamental e universal ao homem particular no sentido de subordinação plena ao que já fora posto em ordem pelo “Divino Ordenador¹⁴.” Ainda que a temática da “ordem de todas as coisas” já fora tratada por Agostinho em seu diálogo filosófico *De ordine*¹⁵, realizado em Cassiciaco no ano de 386, o grande retor norte-africano infelizmente não pode dar em tal obra o desenvolvimento desejado, devido à imaturidade de seus discípulos de então¹⁶. Porém no diálogo sobre “O Livre-Arbitrio¹⁷”, consumado em um período de oito anos (388 a 396), distante aproximadamente dez anos do diálogo *De Ordine*, Agostinho descreve uma perspectiva importante para a construção de sua nova forma de compreensão do Mundo. Segundo os dados da fé, Agostinho infere que nada pode escapar à ordem da Providência, sendo necessária a concordância de que todas as obras do Criador são além de boas, perfeitíssimas. Como norma irrevogável, pertencente à estrutura dos seres, Agostinho assume o princípio do primado da ordem também no âmbito moral. Um conceito recorrente em Agostinho,

¹³ Cf. LA, Livro I, vi, 15.

¹⁴ [...] O homem se vê e se conhece como uma parte do universo regido por Deus; sabe que é convocado a colocar-se em seu lugar numa ordem universal, à qual ele tem o dever de se subordinar reportando qualquer coisa ao fim comum, e não a si mesmo como fim. Suponhamos, então, que ele se recuse a aceitar essa “ordem” e que, reportando as coisas a ele, prefira a parte ao todo (Gilson, 2006, p.317).

¹⁵ O diálogo sobre A Ordem (*De Ordine*), dividido em dois livros, examina a *ordo rerum* (ordem das coisas), a ordem racional com a qual a divina providência rege e governa todas as coisas.

¹⁶ Na obra Retratações (*Retractationes*), Agostinho julga da seguinte maneira o escopo do diálogo sobre A Ordem (*De Ordine*): “No mesmo período intermédio a composição daqueles livros sobre os Acadêmicos, escrevi também dois livros sobre A Ordem, nos quais é tratado um grande problema, a saber: se a ordem da providência divina abrange todos os bens e os males. Dei-me conta, porém, de que um tema de difícil compreensão como aquele, com notável dificuldade seria recebido por aqueles com os quais dialogava e preferi, falar da ordem dos estudos, com a qual podemos progredir das coisas corpóreas àquelas incorpóreas.” (Cf. *Retract.*, Livro I, iii, 1).

¹⁷ O Diálogo sobre o Livre-Arbitrio não se pode considerar, portanto, um escrito de maturidade, mas o seu conteúdo afasta-se, igualmente, da insegurança argumentativa e da condição aporética que se verifica com frequência, nos designados Diálogos de Cassiciaco, ou mesmo em outros escritos do segundo período romano, como é o caso de *De immortalitate* (ao rever este texto, Agostinho considera-o um opúsculo quase ininteligível, mesmo para ele próprio, cf. *Retractationes*, I, 5, 1) ou de *De quantitate animae*. (OLIVEIRA E SILVA, Paula., 2001, p.14.

extraído da Revelação¹⁸, é o de que Deus criou e dispôs todas as coisas segundo forma, medida e ordem; como demonstra no Livro II, xx, 54:

[...] Com efeito, não pode existir realidade alguma que não venha de Deus. De fato, em todas as coisas nas quais notares que há medida, número e ordem, não hesites em atribuí-las a Deus, como seu autor. [...] visto que em toda parte onde se encontrarem esses três elementos existe a perfeição plenamente.

Agostinho considera que a ordem no mundo sensível é sinônimo de perfeição (LA, Livro III, x, 16): “Ora, no mundo dos seres corpóreos, desde a harmonia das constelações siderais até ao número de nossos cabelos, encontra-se a bondade e a perfeição de todas as coisas ordenadas de modo tão gradual e maravilhoso que seria grande ignorância perguntar: O que é isto? Para que serve aquilo? Porque cada ser foi criado dentro de sua ordem correspondente.”

Interessante observar que de um ponto de vista metafísico, a ordem que é a subordinação do inferior ao superior, do criado ao criador, também pressupõe uma hierarquia ontológica. O fato é que por existir inúmeros bens criados e finitos, à vontade, sendo a primeira instância da liberdade humana, pode vir a tender a eles e, subvertendo a ordem hierárquica, aderir ao conceito secular em detrimento ao eterno, isto é, preferir à submeter-se ao criado do que ao próprio Deus; optando por bens inferiores, em vez do *summum bonum*. Portanto, agir moralmente ordenado pela lei eterna não só implica em uma conexão com a Verdade, como também com o Bem Supremo.

Como uma máxima, Agostinho propõe utilizar para respaldar sua posição e defesa, a idéia de uma espécie de “ordem reta” (*ordo rectus*) como o princípio da “lei da ordem” quanto às considerações múltiplas do agir humano. Eis sua proposição descrita no Livro I, viii, 18:

¹⁸ “mas, dispusestes tudo com medida, quantidade e peso.” (Cf. Sabedoria 11:20b).

[...] Em suma, dir-se-á que o ser humano está ordenado, quando a razão domina sobre estes movimentos da alma. De fato, não se há de falar de uma reta ordem ou, sequer, de ordem, onde as realidades superiores estão subjugadas às inferiores. [...] Portanto, quando esta razão – mente ou espírito – governa os movimentos irracionais da alma, então domina, no ser humano, aquilo que nele deve dominar, de acordo com aquela lei que descobrimos ser eterna.

É possível inferir pelo conjunto de informações até aqui dispostas, que Agostinho sugeriu¹⁹ existir, antes mesmo de agirmos, uma espécie de noção da “regra de ouro”, projetada a partir da lei eterna. Considera que tal noção já está impressa em nosso pensamento, ou seja, no movimento de deliberação de uma determinada questão, já opera no espírito uma espécie de noção clara do que seja lícito aderir. Logo, a concepção de “ordem reta” (*ordo rectus*) denota a idéia de um prumo obrigatoriamente regulado pelos signos da justiça, da verdade, como também da integridade e imparcialidade.

Agostinho estende esta análise do primeiro ao terceiro livro do diálogo sobre “O Livre-Arbítrio”, aprofundando ainda mais a questão do que seja a prática da lei da ordem. Examinando a relação das soluções no conjunto do tema em nível moral, cabe citar a inteligentíssima percepção de Étienne Gilson, influente interprete do pensamento agostiniano, expressando através de uma poderosa sentença sua compreensão sobre a lei da ordem como fundamento do ato moral:

[...] Ao submeter-se à sabedoria, o pensamento se ordena para seu fim; por isso ele se torna capaz de ordenar para ela as ações do homem e de lhes conferir seu caráter de moralidade. Quando se coloca em seu lugar, o pensamento sabe como dispor todas as coisas no lugar que lhes pertence e de que maneira se comportar com relação a elas. O primeiro efeito desse desenvolvimento inicial é que, a partir de então submetido à ação reguladora das Idéias, o pensamento julga tudo do ponto de vista de Deus (GILSON, 2006, p.243)

¹⁹ Cf. LA, Livro II, ix, 26.

Como norma irrevogável, Agostinho considera que a noção de ordem pertencente à estrutura dos seres. Assumindo o princípio segundo o qual o superior age sobre o inferior. Sua peculiar concepção de universo hierarquizado, a consideração da ordem das coisas, de que a razão humana faz parte integrante, sem, todavia, constituir o cume da pirâmide, faz com que Agostinho assuma como ponto de partida para a sua exposição racional, não somente da existência de Deus, como também quanto ao fundamento para considerar-se um ato moral de fato, genuinamente justo. Recorrendo a Revelação, deduz por meio da simbologia da Criação, que só existe paz na ordem, na boa disposição das coisas. É sugerido pela reflexão de Agostinho que ordenar-se moralmente, é antes de qualquer questão, dispor o ato moral em um arranjo que subordine absolutamente tudo, a um princípio útil, agradável ou harmonioso; identificado com o que possui valência eterna. Percebesse que na mundivisão agostiniana, o resultado de toda e qualquer forma de ordenação, incluindo-se a que opera no âmbito moral, traz como resultado a concórdia; não somente uma harmonia de vontades ou de opiniões que põem termo a guerra civil que há no interior do homem. E se tem capacidade de desarraigar o mal moral, como desordem no interior da pessoa, tem potencial para atuar no âmbito político-social hodierno em vista de uma construção social que de fato seja como imagem do Reino de Deus.

(...) Ó Senhor meu Deus, concedei-me a paz, pois tudo nos oferecestes, a paz tranqüila, paz do sábado que não entardece. Com efeito, toda esta ordem formosíssima de seres excelentemente bons há de passar, depois de realizados os seus modos de existência. Fez-se neles alvorada e tarde (Confissões, Livro XIII, xxxv, 50).

Referências bibliográficas:

AGOSTINHO, A. *Diálogo sobre o Livre Arbítrio*. Trad. Paula Oliveira e Silva. Rev. Paulo Farmhouse Alberto. Lisboa: Imprensa Nacional / Casa da Moeda, 2001.

_____. *O Livre-Arbítrio*. Trad. A Nair de Assis Oliveira. São Paulo: Paulus, 1995. – (Patrística).

_____. *De libero arbitrio*, texto de G. Madec reproduzido em *Oeuvres de Saint Augustin*, Bibliothèque Augustinienne 6³, Paris, 1976, pp. 191-529.

_____. *A Ordem*. Trad. Frei Agostinho Belmonte. São Paulo: Paulus, 2008. – (Coleção Patrística; 24), pp. 149-252.

_____. *Contra os Acadêmicos*. Trad. Frei Agostinho Belmonte. São Paulo: Paulus, 2008. – (Coleção Patrística; 24), pp. 29-147.

_____. *A Cidade de Deus: Contra os pagãos*. Parte I, I a X. 2. ed., Trad. Oscar Paes Lemes. São Paulo: Federação Agostiniana Brasileira, 1990.

_____. *Confissões*. Trad. J. Oliveira Santos, S.J., e A. Ambrósio de Pina, S.J. São Paulo: Nova Cultural, 2000.

GILSON, É. *Introdução ao estudo de Agostinho*. Trad. Cristiane Negreiros Abbud Ayoub. São Paulo: Paulus, 2006.

HINRICHSEN, L. E. *A estética de santo Agostinho: o belo e a formação do humano*. Porto Alegre: ESTEF, 2009.

OLIVEIRA E SILVA, P. “Introdução e notas complementares”. In: *Santo Agostinho. Diálogo sobre o livre arbítrio*; Rev. Paulo Farmhouse Alberto. Lisboa: Imprensa Nacional / Casa da Moeda, 2001, pp. 13-76.

DURANT, W. *Os grandes pensadores*. São Paulo: Comp. Editora Nacional/CODIL, 1969, p. XI.

RUSSELL, B. *História da filosofia ocidental*. 3. ed. Livro Primeiro. São Paulo: Comp. Editora Nacional/CODIL, 1967.

- _____. *História da filosofia ocidental*. 3. ed. Livro Segundo. São Paulo: Comp. Editora Nacional/CODIL, 1968.
- REALE, G./ANTISERI, D. *História da Filosofia: filosofia pagã antiga*, v. 1. Trad. Ivo Storniolo. São Paulo: Paulus, 2003.
- _____. *História da Filosofia: patrística e escolástica*, v. 2. Trad. Ivo Storniolo. São Paulo: Paulus, 2003. 335p.
- HORN, C. *Agostinho: conhecimento, linguagem e ética*. Trad. Roberto Hofmeister Pich. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008. – (Coleção Filosofia; 205).
- GIORDANI, M. C. *História de Roma: antiguidade clássica II*. 9. Ed. Petrópolis: Vozes, 1987.
- NOËLLA, B.; LAFFITTE, J. *Dicionário Universitário dos Filósofos*. Trad. Eduardo Brandão; Rev. Jacira de Freitas. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- CANTO-SPERBER, M. [Org.]. *Dicionário de Ética e Filosofia Moral*, Livro Segundo. Trad. Ana Maria Ribeiro-Althoff, Magda Franca Lopes, Maria Vitória Kessler de Sá Brito, Paulo Neves. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2007. pp. 778-783.
- LE GOFF, J.; SCHIMITT, J.-C. [Org.]. *Dicionário Temático do Ocidente Medieval*, Livro Segundo. Trad. Hilário Franco Júnior. Bauru, SP: EDUSC; São Paulo, SP: Imprensa Oficial do Estado, 2002. pp. 305-319.